

# A cooperação para a inovação: uma análise da Universidade Federal da Grande Dourados

*Cooperation for innovation: an analysis of the Federal University of Grande Dourados*

Marília Baubueno de Almeida<sup>1i</sup>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5002-0662>

Luan Carlos Santos Silva<sup>2ii</sup>

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-8846-2511>

Recebido em: 02/02/2023. Aprovado em: 21/03/2023.

## Resumo

A Cooperação Universidade-Empresa (U-E) representa um fator importante para a inovação, empreendedorismo e desenvolvimento tecnológico. Nesse sentido, este estudo pretende investigar como a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) tem atuado em relação à cooperação U-E, como ocorre e quais os meios utilizados para prospecção com o setor empresarial e analisar os benefícios e os empecilhos encontrados no desenvolvimento da parceria. A natureza do trabalho é de abordagem qualitativa e quantitativa, com classificação dos objetivos exploratória e descritiva. Como instrumentos de coleta de dados, foram utilizados questionários semiestruturados, entrevistas semiestruturadas e levantamento de dados secundários sobre parcerias realizadas na instituição. Os principais empecilhos detectados foram: trâmites burocráticos, falta de interesse por parte do mercado, falta de conhecimento das ações da universidade e localização. Já os principais benefícios apontados foram: capacitação dos envolvidos, relacionamento entre pesquisadores, alunos e empresários, e divulgação do nome da universidade. As motivações foram atender as expectativas do público externo na universidade, pessoas engajadas e apaixonadas pelo que fazem, tornar os docentes com uma visão mais empreendedora e o impacto gerado no mercado. Tendo a Universidade Estadual de Campinas como referência e como objeto de estudo a Agência de Inovação da Unicamp - INOVA, o modelo proposto interliga os agentes que promovem um ecossistema de inovação e empreendedorismo dentro da universidade, sendo eles: Núcleo de Inovação e Propriedade Intelectual, Incubadoras, Empresas Juniores, Parque Tecnológico Internacional e Núcleo de Inovação e Empreendedorismo. O objetivo é promover a Cooperação U-E, fazendo com que esses agentes conversem entre si e desenvolvam projetos em conjunto. Como recomendação para estudos futuros, sugere-se a criação de uma Política de Cooperação Universidade-Empresa na UFGD e a análise dos impactos gerados a partir desse modelo para a universidade.

**Palavras-Chave:** Cooperação Universidade-Empresa; Política; Hélice Tríplice; *Habitats* de Inovação Tecnológica; Modelo.

## Abstract

The cooperation between universities and companies represents an important factor for innovation, entrepreneurship, and technological development. Therefore, this paper aims to investigate how the "Universidade Federal da Grande Dourados" (UFGD) has been engaged in U-C cooperation, how it occurs, and which means are used to prospect with the business sector. The study also analyzes the benefits and hindrances found in the development of this partnership. This work is qualitative and quantitative in nature, with exploratory and descriptive goals. The instruments used for data collection were semi-structured questionnaires, interviews, and secondary data related to partnerships made in the institution. The main hindrances detected were bureaucratic procedures, lack of interest from the market, lack of knowledge about the university's actions, and location. The main benefits were empowerment of people, relationships between researchers, students, and companies, and promotion of the university's name. The motivations included meeting the expectations of outsiders at the university, engaging passionate individuals, turning professors into more entrepreneurial figures, and generating impact in the market. Using the "Universidade Estadual de Campinas" as a reference, and the "Agência de Inovação da Unicamp - INOVA" as a subject of study, the proposed model interconnects agents who promote an ecosystem of innovation and entrepreneurship inside the university. These agents include the Innovation Core and Intellectual Property, Incubators, Junior Companies, International Technological Parks, and Cores of Innovation and Entrepreneurship. All these ecosystems must work together and dialogue to promote U-C cooperation.

**Key words:** Cooperation University-Company; Politics; Triple Helix; Technological habits of innovation; Model.

<sup>1</sup> Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Mato Grosso do Sul/Brasil. E-mail: mabalbueno@hotmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Mato Grosso do Sul/Brasil. E-mail: luancarlos@ufgd.edu.br



## Introdução

Diante do atual universo competitivo e globalizado, torna-se cada vez mais necessário buscar novas tecnologias e inovação. O desempenho de cada nação está cada vez mais vinculado à criação de um Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) que seja forte e coeso, permitindo ações de cooperação entre universidades-empresas e estimulando a transferência de tecnologias.

Com o objetivo de estimular o Sistema Nacional de Inovação, o crescimento econômico e o desenvolvimento social baseado no conhecimento, a política de Ciência, Tecnologia & Inovação (CT&I) tem sido influenciada pelo argumento da Hélice Tríplice, que une universidades, empresas e governo em um novo contrato social de inovação e empreendedorismo (STAL e FUJINO, 2005). Esse modelo de cooperação desenvolve uma postura proativa na ampliação dos insumos que criam o conhecimento acadêmico e na colocação do conhecimento em prática (ETZKOWITZ e ZHOU, 2017).

Conforme Santos (2017), as políticas de incentivo nas instituições de ensino superior desempenham um papel fundamental no desenvolvimento e crescimento sustentável dos territórios, obtendo conhecimentos fundamentais e aplicados que fornecem a base necessária para avanços importantes e mudanças de paradigmas. As empresas devem se reinventar a cada dia e desenvolver atividades inovadoras, buscando novos conhecimentos e parcerias estratégicas com universidades ou centros de pesquisa, para manter-se no atual mundo competitivo e buscar constantemente uma postura competitiva, o que é uma tarefa bastante complexa para países em processo de desenvolvimento (SILVA, 2013).

Para que o crescimento econômico seja visível e os impactos sejam positivos para a sociedade, as interações entre as instituições de CT&I, o governo e as empresas devem ser cada vez mais difundidas, com o objetivo de formarem parcerias criativas que ofereçam novas soluções para os problemas e desenvolvam a tecnologia oportuna. A Ciência e Tecnologia são as mais importantes fontes de inovação e desenvolvimento para elevar o padrão de vida da população brasileira, fortalecer o país economicamente e alcançar sua participação em um mundo cada vez mais globalizado, e o investimento nesses fatores deve ser priorizado (SANTOS, 2017).

Para o fortalecimento das atividades inovativas no Brasil, é necessário realizar esforços para incentivar projetos que buscam a integração do setor público e privado, além de



desenvolver propostas técnicas para impulsionar a transferência de tecnologia (DOS SANTOS, 2009).

Nesse sentido, o Governo Federal do Brasil sancionou em dezembro de 2004 a Lei nº 10.973, como um marco de incentivos à inovação, pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, sendo aprovada a nova Lei nº 13.243/2016 com alterações, que apresenta como objetivos: contribuir para os projetos de Cooperação U-E por meio dos agentes de inovação; facilitar a transferência de tecnologia; aprimorar a gestão nas instituições acadêmicas; estimular os pesquisadores e a mobilidade dos pesquisadores; incentivar a formação de empresas de base tecnológica e investir em empresas inovadoras (BRASIL, 2016).

A cooperação universidade-empresa (U-E) pode ser estabelecida de várias maneiras e através de diversos mecanismos. A empresa normalmente busca desafios e solicitações, oferecendo em troca investimentos e a possibilidade de desenvolvimento de tecnologia em parceria, sendo esse o benefício mais aparente para a instituição. Esta, por sua vez, disponibiliza mão de obra capacitada, educação continuada, informação tecnológica, desenvolvimento de novos produtos/processos, cursos específicos e consultorias, sendo esses os benefícios imediatos para a empresa (CARVALHO, 2000).

Como benefícios pertinentes à cooperação U-E, temos a busca pela academia de conhecimentos práticos sobre os problemas existentes, a incorporação de novas informações às atividades de ensino e pesquisa, a obtenção de recursos financeiros e a divulgação da imagem. Por outro lado, as empresas se interessam por recursos humanos altamente qualificados, pela redução de custos e riscos em processos de pesquisa e desenvolvimento (P&D), pelo acesso a novos conhecimentos e pela identificação de alunos para futuro recrutamento (DE SOUSA BATISTA *et al.*, 2013).

No entanto, no Brasil, verificamos tardiamente a disseminação da cultura inovadora e empreendedora no país, o que contribui para o baixo fator competitivo do país em relação a outras economias mundiais. Nesse contexto, surgem os Habitats de Inovação Tecnológica (HITs), que, segundo Lima *et al.* (2009), assumem um papel fundamental na geração de desenvolvimento econômico regional, pois constituem espaços de intercâmbio de conhecimento, práticas produtivas e interações contínuas entre os diferentes agentes de inovação. Estabelecendo assim, um meio eficiente de difusão da cultura inovadora no meio em que se localizam.



De acordo com Ipiranga *et al.* (2010), a interação universidade-empresa-governo é avaliada de forma positiva, contribuindo para o crescimento da economia, melhorias nas condições de vida da sociedade e como reflexo da capacidade das empresas de transformarem conhecimento em inovação, e em competitividade. Nesse contexto, o presente trabalho busca responder a seguinte pergunta: Como a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) tem atuado em relação à cooperação Universidade-empresa (U-E)?

O trabalho justifica-se porque o Brasil apresenta baixo nível de investimento em inovação, em 2016 os dispêndios em P&D foram de 1% em relação ao produto interno bruto (PIB), e o incentivo à P&D é um dos principais fatores para o desenvolvimento da economia do país (MCTIC, 2016).

O estado de Mato Grosso do Sul (MS) conta com as seguintes universidades públicas: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), e o número de pesquisadores, mestres e doutores tem crescido a cada ano.

Nesse impasse, a cooperação U-E é vista como um meio para aumentar de forma significativa a capacidade de inovação das empresas e diminuir o déficit tecnológico do Brasil no setor produtivo. Com este trabalho, busco mostrar a importância de uma política de cooperação (U-E) bem estruturada nas universidades, a contribuição dos Híbitats de Inovação Tecnológica (HITs) para prospectar de forma significativa o contato com o meio empresarial, estimular a produção de patentes e comercializar novas tecnologias. Portanto, o objetivo geral deste trabalho é propor um modelo de rede de interação entre os HITs da UFGD com o setor empresarial.

## **Políticas Públicas de incentivo à Inovação no Brasil e no Mato Grosso do Sul**

No Brasil, em 1985, foi criado o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), responsável pela formulação e implementação da Política Nacional de Ciência e Tecnologia. Em 2016, com a Medida Provisória nº 726, o Ministério das Comunicações foi integrado ao MCTI, tornando-se o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC) (MCTIC, 2018).



Em 1994, foi criada a Lei Nº 8.958, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências (atualizada pela Lei Nº 12.863/13) (BRASIL, 1994). As Fundações de Apoio (FAPs) são importantes instituições estaduais que visam ao desenvolvimento econômico por meio da CT&I. Em 1998, foi criada a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT), por meio da Lei Estadual Nº 1.860 (FUNDECT, 2018).

A Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, regulamenta direitos e obrigações referentes à propriedade industrial, como concessão de patentes de invenção e modelos de utilidade, registro de desenho industrial e marcas, além de reprimir a concorrência desleal, sendo um marco para o desenvolvimento tecnológico e econômico do Brasil (BRASIL, 1996).

Por fim, em dezembro de 2004, a Lei Nº 10.973 surge como um marco legal de incentivos à inovação, pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. Em 2016, aprovou-se a nova Lei nº 13.243, com alterações que apresentam como objetivos: contribuir para projetos de cooperação U-E por meio de agentes de inovação, facilitar a transferência de tecnologia, aprimorar a gestão nas instituições acadêmicas, estimular pesquisadores e sua mobilidade, promover a formação de empresas de base tecnológica e investir em empresas inovadoras (BRASIL, 2016).

Outro marco regulatório legal importante é a Lei do Bem Nº 11.196/05 com incentivos fiscais para empresas, por meio da dedução do imposto de renda, dentro de determinado limite, para valores gastos com atividades de P&D, tanto internas quanto contratadas em universidades ou institutos de pesquisa (BRASIL, 2005).

Em 2018, o Decreto Nº 9.283 estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional. Visa estimular e apoiar a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação que envolvam empresas, ICT e entidades privadas sem fins lucrativos destinados às atividades de pesquisa e P&D, que objetivem a geração de produtos, processos e serviços inovadores e a transferência e a difusão de tecnologia.

As principais iniciativas de CT&I no estado de Mato Grosso do Sul são dispostas pela FUNDECT, as quais têm como finalidade oferecer apoio financeiro e incentivar projetos de

pesquisa científica, tecnológica e de inovação, desempenhados por pesquisadores de instituições de ensino e/ou pesquisa, públicas ou privadas (FUNDECT, 2018).

Apesar do MS possuir um dos menores volumes de dispêndio em investimentos federais em CT&I, o estado apresenta boas iniciativas que visam ensino, pesquisa e extensão entre as universidades e instituições presentes, crescendo a cada ano o número de pesquisas, mestres e doutores. Dentre as universidades públicas, temos a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) e a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

Recentemente, o MS tornou-se o quarto estado brasileiro a regulamentar o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação por meio do Decreto que desburocratiza atividades de pesquisa, integra instituições científicas e tecnológicas e incentiva pesquisadores, que serão avaliados pelo resultado do trabalho e não pelo processo administrativo, facilitando a entrega do produto final. Ainda, a regulamentação facilita a formalização de convênios para pesquisa pública; simplifica a internacionalização de instituições científicas e tecnológicas; e amplia sua interação com a iniciativa privada (CONFAP, 2018).

### **Cooperação Universidade-Empresa (U-E)**

Nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, o processo de cooperação UE é uma realidade que tem se intensificado nos últimos anos, em parte devido à revolução tecnológica cada vez mais rápida, que torna processos e produtos obsoletos. No Brasil, são poucas as empresas que possuem estruturas próprias de P&D, o que demonstra a necessidade de motivação em investimento e desenvolvimento tecnológico. A cooperação com universidades e institutos de pesquisa é uma alternativa viável, rápida e acessível em comparação à montagem de laboratórios e à contratação de profissionais especializados em diversas áreas do conhecimento (SBRAGIA et al., 2006).

As empresas que apresentam baixo nível de atividades de P&D, conseqüentemente, não possuem rotinas e estratégias de concorrência voltadas ao crescimento e à geração interna de conhecimento. A maioria das atividades de P&D praticadas pelo setor público é realizada por meio de empresas estatais, instituições de pesquisa ou universidades federais (SUTZ, 2000).



Diante desse cenário e da abertura de novos negócios e da procura por produtos inovadores, as empresas devem buscar constituir parcerias estratégicas para a troca de tecnologia com universidades ou centros de pesquisa, inovando seus serviços, processos e produtos (SILVA, 2013).

Existe um consenso de que a simples existência de instrumentos de apoio à cooperação universidade-empresa, para a realização de atividades de P&D, não é o fator determinante para a indução à inovação. É preciso que as empresas percebam a real necessidade de inovar em produtos e processos, para aumentar a sua competitividade no mercado nacional e em mercados externos. Uma vez conscientes dessa necessidade, os instrumentos disponíveis serão de grande utilidade (SBRAGIA *et al.*, 2006).

Ainda, segundo o autor, as parcerias entre empresas, universidades e institutos trouxeram para o centro da discussão a gestão da propriedade intelectual e sua titularidade, bem como as formas de licenciamento da tecnologia, quando gerada pela universidade e explorada pela empresa. Sabe-se que um bom resultado de pesquisa não é suficiente para iniciar o processo de sua comercialização. O registro da patente, portanto, é condição necessária para garantir autonomia no processo de licenciamento, mas insuficiente para o sucesso da transferência, que pressupõe a absorção do conhecimento gerado na universidade pela empresa e requer o empenho de ambas as partes no processo de comunicação.

Dessa maneira, a comunicação é imprescindível durante o processo, principalmente na primeira fase, em que acontece o primeiro contato da universidade com a empresa e posteriormente o firmamento do contrato. O primeiro contato da universidade com as empresas pode suceder por meio de participações em congressos, exposições e feiras, em visitas programadas às empresas ou de empresários aos centros de pesquisa universitários e nos debates científicos (MOTA, 1999).

Bonaccorsi e Piccaluga (1994) definiram seis categorias de relacionamento entre universidades-empresas:

Quadro 1 - Tipos de relacionamento das universidades com as empresas

Tipos de relacionamento U-E		Exemplos
I	Relações pessoais informais	Consultorias individuais, publicação de investigação, trocas informais em fóruns e “workshops”.
II	Relações pessoais formais	Trocas de pessoal, funcionários da empresa como estudantes internos e cursos “sandwich”.
III	Instituições de ligação	Associações industriais, institutos de pesquisa aplicada, unidades assistenciais gerais e “liaison offices”.
IV	Acordos formais com objetivos específicos	Pesquisas contratadas, treinamento de trabalhadores e projetos de pesquisa cooperativa.



V	Acordos formais tipo guarda-chuva	Empresas patrocinadoras de P&D nos departamentos universitários.
VI	Criação de estruturas próprias para o relacionamento	Contratos de associação, consórcios de pesquisa U-E, incubadoras e parques tecnológicos.

Fonte: Bonaccorsi e Piccalunga, (1994).

Em um estudo através de informações contidas no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, Rappini (2007) constatou como são as principais formas de interação entre universidade-empresa, provenientes do fluxo de origem:

Quadro 2 - Tipos de relacionamento dos grupos de pesquisa com as empresas.

<b>Provenientes dos Grupos de Pesquisa para as Empresas (Grupos de Pesquisa -&gt; Empresas)</b>	
I	Atividade de consultoria técnica não contemplada nos demais tipos.
II	Atividades de engenharia não rotineira, inclusive o desenvolvimento de protótipo cabeça de série ou planta piloto.
III	Desenvolvimento de software.
IV	Fornecimento de insumos materiais para as atividades sem vinculação a um projeto específico de interesse mútuo.
V	Pesquisa científica com considerações de uso imediato dos resultados.
VI	Pesquisa científica sem considerações de uso imediato dos resultados.
VII	Transferência de tecnologia.
VIII	Treinamento do pessoal incluindo cursos e treinamento em “serviço”.
IX	Outros tipos predominantes de relacionamento que não se enquadrem em nenhum dos anteriores.
<b>Provenientes das Empresas para os Grupos de Pesquisa (Empresas-&gt; Grupos de Pesquisa)</b>	
X	Atividades de engenharia não rotineira, inclusive o desenvolvimento/fabricação de equipamentos.
XI	Desenvolvimento de software não rotineiro.
XII	Fornecimento de insumos materiais para as atividades sem vinculação a um projeto específico de interesse mútuo.
XIII	Transferência de tecnologia.
XIV	Treinamento do pessoal incluindo cursos e treinamento em “serviço”.

Fonte: Rappini (2007).

Essa interação deve ser realizada levando em consideração sua contribuição para uma melhor educação fornecida pela universidade aos seus estudantes, além de promover uma cultura de valorização do conhecimento para a empresa. Deve-se facilitar e estabelecer regras para o relacionamento e a associação dos elos que integram a cadeia de inovação. A Lei de Inovação e seu decreto de regulamentação possibilitam a cooperação universidade-empresa, removendo uma série de impedimentos que atrapalhavam esse processo (SABIA, 2007).

Tendo em vista a interação das instituições e pesquisadores com empresas para a realização dessas atividades, a Lei estabelece formas de estímulo, como o recebimento de remuneração pela ICT para o compartilhamento ou a permissão para o uso de laboratórios ou instalações, nos termos de contrato ou convênio, conforme previsto no Artigo 4º. Também é

previsto o recebimento de retribuição pecuniária e de bolsa de estímulo à inovação diretamente da ICT ou da instituição de apoio associada ou de agência de fomento, pelo pesquisador envolvido na prestação de serviço no acordo de parceria firmado com empresas, conforme especificado pelo Artigo 8º e Artigo 9º (RAUEN, 2016).

Em entrevistas realizadas com os professores dos programas de pós-graduação de uma universidade mineira na dissertação de Lopes (2015), foram relatadas nove motivações para a interação universidade-empresa: produção e transferência de conhecimento; recursos financeiros; prestígio institucional; aquisição de equipamentos; melhoria na infraestrutura; aumento no número de pesquisas práticas; melhor atendimento à comunidade; resolução de problemas (consultorias); e desenvolvimento de tecnologias, metodologia, serviços e processos de melhor qualidade.

Além das motivações apresentadas, serão abordados como subtópicos os principais empecilhos que cercam o processo de cooperação universidade-empresa, ditados pelas diferenças de valores, objetivos e cultura organizacional. Também serão elencados os benefícios que tal processo pode trazer para as instituições envolvidas, de acordo com os autores referenciados.

## Metodologia

Num primeiro momento, foi feita a busca pela política de cooperação U-E adotada pela UFGD, por meio de estatutos, regulamentos e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Não foi encontrada uma política institucionalizada de cooperação U-E, mas foram encontrados termos relacionados ao tema proposto, os quais serão apresentados nos resultados.

Após essa busca, foram coletadas informações sobre os instrumentos de parceria firmados na UFGD. A base de dados foi a Divisão de Convênios (DICONV), responsável pela celebração e acompanhamento de instrumentos de convênios, contrato de gestão, acordo de cooperação, ajustes e demais instrumentos congêneres de forma a estabelecer o regime jurídico de parceria entre a administração pública e seus interessados (UFGD, 2018).

A partir desses dados, foram filtrados os Acordos de Cooperação (Específicos), Acordos de Cooperação (Pesquisa, Ensino, Extensão), Endossos Institucionais e Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão, que abrangem o interesse da pesquisa, firmados no período de 2015 a 2018, para a construção dos resultados.



## **Técnicas de Coleta de Dados**

A técnica utilizada para a coleta de dados foi entrevista semiestruturada e questionário semiestruturado, ambos elaborados pela autora, com base nos estudos da área, visando responder aos objetivos da pesquisa.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com os atuais gestores dos Hábítats de Inovação Tecnológica da UFGD, no período de junho a setembro de 2018, sendo eles:

I. Pró-Reitora de extensão representando as três incubadoras: Incubadora Social (ITESS), Incubadora Tecnológica (GDtec) e Incubadora Cultural (EKOa);

II. Chefe de Divisão do Núcleo de Inovação e Propriedade Intelectual (NIPI), representando o NIT.

III. Presidentes das Empresas Juniores (EJs) federadas: SIGMAX (Engenharia de Produção), Terra Fértil (Agronomia), EJIPTA (Engenharia de Alimentos) e Ínteri Júnior (Relações Internacionais). Na faculdade atualmente existem onze EJs, mas apenas essas quatro são as federadas, ou seja, devidamente formalizadas pela Federação de Empresas Juniores do Estado de Mato Grosso do Sul (FEJEMS).

IV. Futuro Parque tecnológico Internacional de Ponta Porã (PTIn): não foi realizada a entrevista por ainda não estar estruturado e em funcionamento.

Para a aplicação do questionário semiestruturado, foi selecionada uma amostra de sete empresas privadas parceiras da UFGD, a partir das informações fornecidas pelo documento da DICONV no período de 2015 a 2018.

Como essas empresas não estão localizadas em Dourados/MS, foram utilizados meios de comunicação como ligações via celular e e-mail para entrar em contato com os representantes responsáveis pelo projeto de parceria. As seis primeiras perguntas foram preenchidas pela autora com base nos dados fornecidos pela DICONV, visando organizar as informações, enquanto o restante das perguntas foi respondido pelo(a) responsável pelo projeto ou pelo proprietário da empresa. As entrevistas foram realizadas no período de setembro e outubro de 2018.



## Técnicas de Análise de Dados

Após a coleta dos dados, foi realizada a análise de conteúdo e interpretação dos resultados. A análise dos dados tem como objetivo a organização e síntese das informações coletadas, com o intuito de fornecer respostas ao problema de pesquisa. A interpretação busca um sentido mais amplo das respostas, utilizando outros conhecimentos obtidos anteriormente (GIL, 2008).

Foram analisados documentos da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Regulamento da Propriedade Intelectual, Inovação e Transferência de Tecnologia (NIPI), as respostas obtidas nas entrevistas com gestores dos habitats de inovação da universidade e nos questionários com as empresas parceiras no período de 2015 a 2018. Também foram analisadas as políticas de cooperação universidade-empresa de outras universidades públicas do estado de Mato Grosso do Sul, como UFMS e IFMS.

Por fim, a proposta de intervenção consistiu no desenvolvimento de um modelo de rede de interação dos habitats de inovação tecnológica da UFGD.

## Análise e Discussão dos Resultados

Por meio da documentação da instituição, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Regulamento da Propriedade Intelectual, Inovação e Transferência de Tecnologia (NIPI), foram identificados termos relacionados ao tema de pesquisa, ações desenvolvidas e desafios revelados pelas respostas dos questionários e entrevistas com gestores da UFGD, permitindo a identificação da problemática de pesquisa e das diretrizes que nortearão a construção da proposta de intervenção.

A Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) foi criada em 2005, por desmembramento da UFMS, e é uma instituição federal de ensino, pesquisa e extensão. Foi classificada pelo MEC (Ministério da Educação) e pelo IGC (Índice Geral de Cursos) como a melhor universidade do Mato Grosso do Sul por 9 anos consecutivos e foi reconhecida como a terceira melhor da região Centro-Oeste. Possui 4 unidades de ensino com cursos de graduação e pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) em várias áreas, além de um hospital universitário reconhecido como referência regional na área de maternidade, localizado na cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul.

Comunicação & Inovação | v. 24 | e20238972 | jan.-dec. | 2023 | ISSN 2178-0145. <https://doi.org/10.13037/ci.vol24.e20238972>



Embora a UFGD ainda não possua uma política de cooperação U-E institucionalizada, por meio dos documentos Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Resolução N°. 24 de 01 de março de 2013, é possível encontrar termos relacionados ao assunto. O PDI é o Plano de Desenvolvimento da Instituição 2013-2017 (prorrogado até 2020) que apresenta, como um dos eixos para orientar o planejamento da UFGD, o Desenvolvimento Social, Inovação e Inclusão, com a estruturação do Núcleo de Inovação e Propriedade Intelectual (NIPI), Empresas Juniores e Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias. Esses instrumentos são responsáveis por dezenas de projetos desenvolvidos atualmente na UFGD e serão fortalecidos por meio da sua expansão. As soluções efetivas de transformação social devem surgir a partir da união de esforços entre organizações da sociedade civil, iniciativa privada, governo e instituições de ensino e pesquisa, com o objetivo de contribuir para a inclusão social, geração de trabalho e renda, promoção do desenvolvimento e da sustentabilidade socioambiental, dentre outros desafios.

As políticas de extensão e de cultura na UFGD são realizadas nas mais diversas modalidades e formatos: programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviço, dentre outros, de acordo com as áreas temáticas de extensão (Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho), contempladas por programas institucionais.

Cronograma das metas propostas para o eixo Desenvolvimento Social, Inovação e Inclusão, destacam-se os seguintes:

- Promover um ambiente universitário voltado para a Ciência e Inovação associados à Era do Conhecimento Tecnológico;
- Intensificar programas e instrumentos de suporte técnico e tecnológico aos Arranjos Produtivos Locais (APLs);
- Ampliar o diálogo e a interação com a comunidade, movimentos sociais, empresas e instituições - Nº de projetos desenvolvidos / Convênios e Termos de Cooperação assinados;

No tópico sobre as Políticas de Pesquisa, foi apresentado o empenho em incentivar o desenvolvimento de redes de pesquisa, a disseminação da cultura e o registro de patentes. Outra forma importante tem sido a integração, inclusive entre projetos de extensão e pesquisa, junto às atividades da Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias, que vem promovendo o diálogo entre o saber científico produzido na academia e as tecnologias trazidas por assentados



da reforma agrária, quilombos e sociedades indígenas, com o objetivo de gerar renda compartilhada e buscar qualidade de vida, inserindo-se na perspectiva de uma economia mais solidária e um comércio mais justo.

A UFGD também tem procurado atender ao anseio por inovação e registro de patentes e, nessa linha, consolidou estruturas administrativas como o Núcleo de Inovação e Propriedade Intelectual (NIPI). Além disso, já assinou termos de cooperação e convênios para o desenvolvimento de produtos, processos e serviços biotecnológicos com algumas empresas.

Por meio da Resolução N°. 24 de 01 de março de 2013, que institui o regulamento da Propriedade Intelectual, Inovação e Transferência de Tecnologia – Núcleo de Inovação e Propriedade Intelectual – NIPI, a UFGD tem buscado estimular a proteção e a gestão do conhecimento gerado na universidade, visando à transferência de tecnologia e à geração de renda.

### Hábitats de Inovação Tecnológica da UFGD

Com base nos dados disponíveis no site da Universidade e com as informações das entrevistas com gestores responsáveis, podem-se identificar os seguintes:

- Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias (ITESS): foi fundada no ano de 2006, como um programa de extensão universitária, mas teve seu regulamento interno aprovado somente em 28 de setembro de 2017. É a única das incubadoras que possui um espaço físico e excelente infraestrutura.
- Incubadora Empresarial e Tecnológica (GDtec): Foi criada em 2016, e seu regimento interno foi aprovado em 27 de novembro de 2017, tem como objetivo disponibilizar instrumentos que possibilitem a promoção de empreendimentos inovadores de base tecnológica, nas áreas de atuação das faculdades que compõem a UFGD, possibilitando integração entre a UFGD e a comunidade, com vistas ao desenvolvimento das atividades que envolvam empreendedorismo, desenvolvimento tecnológico e inovação no Estado de Mato Grosso do Sul.
- Incubadora Cultural (EKOa): tem como objetivo oferecer apoio para o desenvolvimento de empreendimentos culturais em seus estágios iniciais a partir do fornecimento de um espaço de convívio de interação, que conjuga a oferta desse serviço de apoio técnico ao



empreendedor cultural com a redução dos custos de colaboração entre os diversos agentes do ecossistema criativo de cada território.

- Núcleo de Inovação e Propriedade Intelectual (NIPI): é Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da Universidade, foi fundado em 2008, mas seu regulamento interno foi aprovado em 24 de março de 2013, tem como objetivo gerir a política de inovação, atender a necessidade de proteger o patrimônio intelectual da universidade e promover a transferência dos resultados de pesquisa ao setor produtivo, fortalecendo e ampliando a atuação da UFGD nos depósitos de patentes, sua abrangência é de atendimento exclusivo à Universidade.
- As Empresas Juniores (EJs): são geridas pela Central de Empresas Juniores da UFGD – UFGD Júnior – foi criada pela Resolução em 17 de abril de 2014, têm como principal objetivo desenvolver o empreendedorismo entre os acadêmicos da UFGD, a fim de que possam colocar em prática aquilo que aprendem na graduação e, ao mesmo tempo, tenham conhecimento de como criar e gerir uma empresa na prática.
- Parque Tecnológico Internacional (PTIn) será instalado na cidade de Ponta Porã/MS, a proposta iniciou em 2011 e em 2018 começou a fase de implantação, seu foco está em desenvolvimento territorial sustentável, tecnológico, econômico, social e cultural baseados na educação, ciência e tecnologia, geração de empregos e renda além da integração dos povos da América Latina.

### **Atuação da UFGD em Relação à Política de cooperação Universidade-Empresa (U-E)**

Conforme já apresentado, inexistiu uma política de cooperação U-E institucionalizada na UFGD, por meio das entrevistas realizadas com os atuais gestores dos *Habitats* de inovação notou-se uma lentidão no efetivo regulamento interno das atividades, sendo relatado que “o motivo da ausência dessa política pode ser devido à falta de continuidade nos processos, pelas trocas de reitoria, diferentes posicionamentos ideológicos e falta de conhecimento dos benefícios de uma parceria”.

No quadro a seguir, é apresentado o ano de criação do *Habitat* e o ano do efetivo regulamento interno, conforme informações descritas sobre os *Habitats*:



Quadro 3 - Ano de criação do Habitat e ano do efetivo Regulamento interno

Habitat	Criação	Regulamento Interno
ITESS	2006	2017
GDtec	2017	2017
EKOa	2019	-
NIPI	2008	2013
SIGMAX	2014	2017
Terra Fértil	2013	2016
EJIPTA	2014	2016
Interi Júnior	2012	2013
PTIn	2011	2018

Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados fornecidos nas entrevistas.

A seguir, como os gestores dos Hábitats descreveram a atuação da UFGD em relação à cooperação U-E:

- Incubadoras: As incubadoras ITESS, GDtec e EKOa foram representadas pela Pró-Reitoria de Extensão. Durante a entrevista foi observado que estas enfrentam dificuldades de elaboração da política de cooperação U-E, visto que os posicionamentos ideológicos são desiguais, havendo um pré-conceito que rejeita as propostas antes do conhecimento do projeto. No entanto, devido aos cortes econômicos, a UFGD tem realizado parcerias, principalmente na coordenadoria de cultura, utilizando a arte como negócio, tratando-a como questão empresarial, sem desviar da parte conceitual da arte e valorizando a cultura local.
- Núcleo de Inovação e Propriedade Intelectual (NIPI): Foi relatada a necessidade de alinhamento, regulamento de algumas ações, uma passagem pela procuradoria, conselhos universitários e possivelmente criar uma jurisprudência e se enquadrar nas atualizações, pois esse Habitat ainda não estabelece todas as ações propostas dentro da UFGD.
- Empresas Juniores (EJs): Percebeu-se que há falta de comunicação e incentivo, estando muito distante a cooperação U-E, uma vez que as EJs dão reconhecimento à UFGD. “A iniciativa não parte da universidade”, declararam falta de atitude por parte dos professores, sendo preciso ter uma ponte de ligação entre as EJs, universidade e as empresas, se houvesse mais participação da UFGD, o resultado seria mais efetivo. “Se as empresas soubessem do nosso movimento, fosse mais divulgado, isso seria muito melhor, a própria universidade tentasse aproximar as empresas para dentro da universidade, ter essa convivência, ficaria muito mais fácil deles entenderem o que a gente faz”.



## **Promoção da Cooperação Universidade-Empresa (u-e) na UFGD**

- Incubadoras: Para divulgação da cooperação, as incubadoras utilizam mídias sociais, no entanto, elas não têm autonomia para gerenciar o canal. Para prospecção é realizado um cronograma de cursos, ações e visitas nas cooperativas, no entanto, ainda é incipiente. No presente momento, com uma estrutura, um nome, um fluxo e um edital definido o processo de prospecção será iniciado. Ainda, têm a presença de uma cadeira no conselho municipal da agricultura familiar, conseguindo proximidade de contato com os setores.
- Núcleo de Inovação e Propriedade Intelectual (NIPI): São realizadas participações nos eventos das faculdades, palestras e a página institucional com o e-mail para contato. As mídias digitais são uma atividade adicional para divulgar, devido ao volume de trabalho e o número de pessoal, o núcleo não trabalha nesse canal.
- Empresas Juniores (EJs): Em geral, as EJs utilizam mídias sociais para promoção da cooperação U-E. Algumas relataram ter maior acesso a pequenos e médios negócios, pela facilidade para reuniões e consultorias e a chance do serviço impressionar o cliente é maior. “Nas pequenas empresas conseguimos impactar mais, que são as que precisam do serviço mais barato. A grande empresa tem dificuldade em entender que temos responsabilidade, que temos capacidade para prestar um serviço de qualidade, por isso o contato com os pequenos é mais fácil.”, o contato com as empresas de grande porte é feito através de ligações ou e-mail. Além disso, foi relatado um mutirão nas ruas para demonstração do portfólio, para demonstrar que contam com a ajuda dos professores e divulgação da UFGD. As indicações, o rádio, televisão, sites de pesquisa e campanhas on-line também contribuem para a visibilidade e procura pelas EJs. Ainda, existem parcerias institucionais com empresas para o desenvolvimento de site, cursos e fotografia das ações desenvolvidas pelas EJs. Como estratégia interna, o marketing é diretamente voltado para a faculdade e estudantes, através da divulgação de notícias e oportunidades de emprego na área, tornando o processo transparente e acessível.

## **Fatores de Estímulos Encontrados na Cooperação Universidade-Empresa (U-E)**

- Incubadoras: Dar capacitação, oportunidades de participação em cursos, eventos, entre outros, “os servidores que trabalham nas incubadoras têm uma paixão pelo que fazem,



é como um propósito de vida, um objetivo de carreira”. Os Públicos externos veem a universidade com uma peça importante, nesse elo entre os setores e que ela realmente é detentora do conhecimento, “há um estímulo em retribuir isso”.

- Núcleo de Inovação e Propriedade Intelectual (NIPI): Tornar o docente com uma visão mais empreendedora, que apoie as iniciativas, se interessar em patentes, compartilhar e motivar os alunos e formar um profissional mais aplicado para o mercado. O empresário acredita que por ser uma Universidade Federal, deter o conhecimento é ter uma base de dados mais sólidos. Prestar esse serviço ao empresário, “por meio do compartilhamento de laboratório, materiais, facilitar a interação entre o docente e o empresário”.
- Empresas Juniores (EJs): O impacto que pode gerar no mercado, ajudar pessoas, “quem tem um problema e que não teria condições de pagar se fosse uma consultoria com empresas sênior, ajudar o ecossistema empreendedor local”. Capacitar-se, desenvolver habilidades, vivenciar a prática no mercado e ter experiência no currículo, “estamos melhorando de certa forma o ensino público com incentivos práticos e formando líderes”.

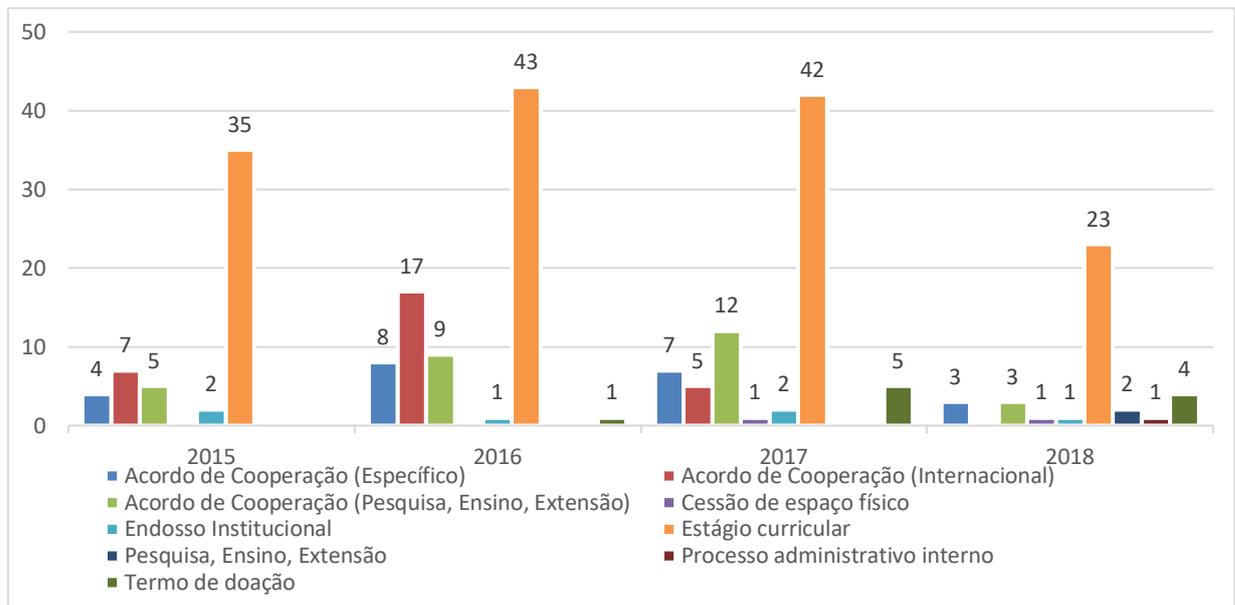
### **Empresas Privadas Parceiras da UFGD**

A aplicação do questionário semiestruturado foi realizado com as empresas privadas parceiras da UFGD, no período de 2015 a 2018. Os dados foram fornecidos pela Divisão de Convênios (DICONV), sendo um total de sete empresas no período, seis delas de Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico e uma para Apresentação de diagnóstico de Projeto de eficiência energética.

Na figura a seguir são apresentados os tipos de parcerias realizadas na instituição:



Figura 1 - Tipos de Instrumentos de parceria firmados na UFGD

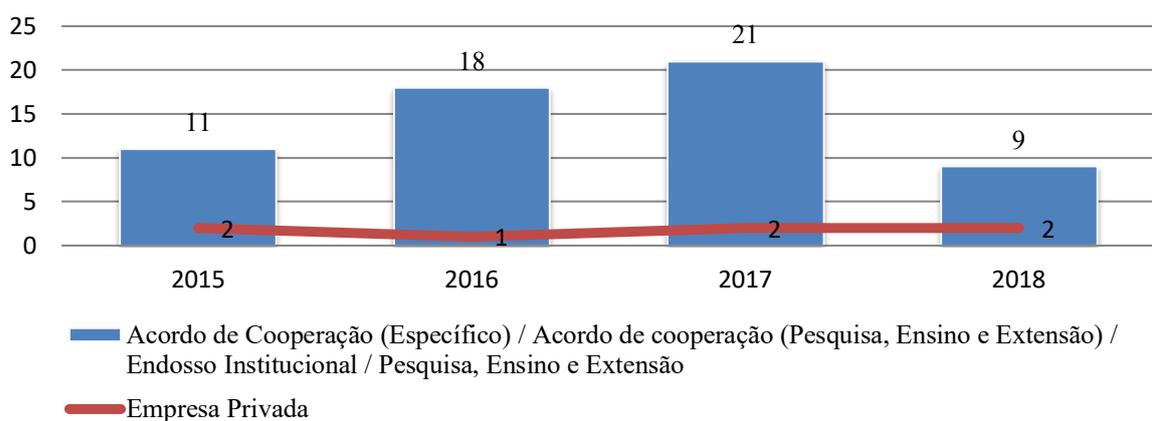


Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados fornecidos pela DICONV.

Por meio do gráfico é possível observar a baixa aplicabilidade dos instrumentos de parceria da UFGD e a grande maioria voltada para estágios curriculares.

Dentro dos convênios realizados, foram filtrados os tipos de parceria que tinham como objetivos: relatórios técnicos, consultoria, produto/serviço, pesquisa, projetos ou concessão de endosso institucional, sendo eles: os Acordos de Cooperação (Específico), Acordo de Cooperação (Pesquisa, Ensino, Extensão), Endosso Institucional e Pesquisa, Ensino, Extensão e depois os realizados com empresas privadas, sendo apresentados na figura abaixo:

Figura 2 - Tipos de parcerias de acordo com os objetivos



Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados fornecidos pela DICONV.

Dentro dos convênios realizados, foram filtrados os tipos de parceria que tinham como objetivo a elaboração de relatórios técnicos, consultoria, produtos/serviços, pesquisa, projetos

ou concessão de endosso institucional. Posteriormente, foram selecionados aqueles realizados com empresas privadas.

Infelizmente, o contato com as empresas privadas não gerou muitas informações devido à pequena amostra e ao fato de nem todas terem aceitado responder o questionário, e algumas não terem finalizado o processo.

Nos questionários que obtiveram êxito, em todos os casos a parceria foi buscada pela empresa, o que comprova a falta de iniciativa por parte da universidade.

Como empecilhos, foram relatados: trâmites burocráticos, diferenças no tempo de resposta entre as instituições e distanciamento, já que as empresas não conheciam a estrutura da universidade, não tiveram acesso ou terceirizaram uma equipe para realizar essa interação.

Como benefícios, foram apontados a geração de documentos/pesquisas e o acesso a pessoal qualificado. Todos disseram que aqueles que os auxiliaram dentro da instituição foram bastante solícitos. "O diretor foi extremamente prestativo, ele teve um empenho tão grande que conseguimos suprimir essa burocracia e adiantar bastante". "Quanto aos pesquisadores, o contato que tive com eles pareceu ser excelente, supercapacitados. Eu avaliaria da melhor maneira possível".

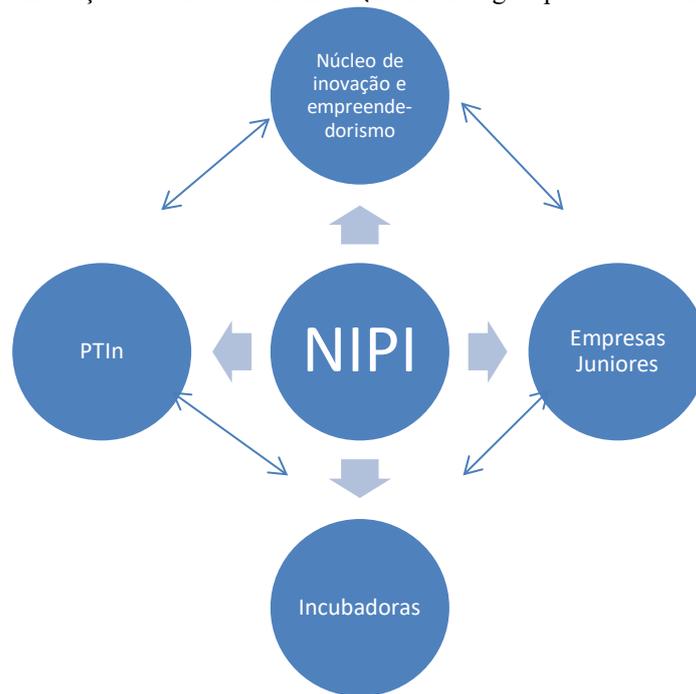
E como fatores de estímulo, as parcerias foram avaliadas de forma positiva: "em novas oportunidades, eu com certeza faria novamente e buscaria novas parcerias para desenvolver novos projetos". "Se tivéssemos um contrato com mais interação e pudéssemos gerar outras parcerias, como estágios, nós toparíamos".

## Proposta do Modelo de Cooperação

Baseado no estudo da UNICAMP como referência em ecossistema de inovação e empreendedorismo, por meio da agência INOVA, sendo a conexão principal entre a universidade e o setor empresarial, e atuando através das áreas temáticas: Parcerias, Propriedade Intelectual, Empreendedorismo, Parque Científico e Tecnológico e Relações Institucionais com foco em Ciência, Tecnologia e Inovação. A proposta de intervenção é o desenvolvimento de um modelo de rede de interação entre os *Habitats* de Inovação Tecnológica da UFGD para que conversem entre si e promovam a cooperação U-E, conforme figura a seguir:



Figura 3 - Modelo de interação dos Hábitats de Inovação Tecnológica presentes na UFGD



Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados obtidos durante a pesquisa.

- Núcleo de Inovação e Propriedade Intelectual (NIPI): ficará ao centro, fazendo a interação entre todos os agentes, com o objetivo principal de implementar e desenvolver a política de cooperação U-E e promover a inovação e a transferência de tecnologia da universidade. Com as seguintes responsabilidades: I. Realizar contato com as empresas para relacionamento com a universidade; II. Distribuir entre os agentes conforme a necessidade; III. Identificar as tecnologias existentes na universidade e oferecê-las às organizações; IV. Buscar apoios financeiros em órgãos de fomento; V. Oferecer cursos, palestras e workshops sobre Patentes e Propriedade Intelectual; VI. Divulgar ações para docentes e discentes; VII. Atender as procuras corporativas para solução de problemas; VIII. Proteger a propriedade intelectual dos resultados da pesquisa; IX. Apoiar negociação e a construção de contratos de transferência de tecnologia; X. Apoiar a criação de *spin-offs*, empresas fundamentadas no conhecimento gerado na academia; XI. Apoiar empresas incubadas e atividades do parque tecnológico; e XII. Promover o desenvolvimento regional por meio de ações específicas voltadas para as comunidades; XIII. Realizar eventos, concursos, premiações e projetos, visando ampliar a visibilidade da importância de patentear e licenciar as tecnologias criadas na universidade; e XIV. Apoiar ações de empreendedorismo acadêmico nos cursos da universidade.

- Empresas Juniores (EJs): Deverá oferecer aos alunos um ambiente prático, com organizações e problemas reais, com as seguintes ações: I. Desenvolvimento de produtos e serviços, II. Consultorias; III. Pesquisas de mercados; IV. Planos de Marketing; V. Propor projetos; VI. Divulgação do movimento dentro da universidade e para a sociedade; VII. Feiras para alcançar empresas para dentro da universidade; VIII. Desenvolver parte estratégica, tática e operacional de uma empresa e IX. Oferecer oportunidades para alunos.
- Incubadoras: Será responsável pela captação de empresas e apoiá-las nas primeiras etapas de vida, oferecendo um ambiente flexível e encorajador para que possam estar aptas para o mercado, com as seguintes atribuições: I. Apoiar e estimular novas empresas de base tecnológica; II. Prestar assistência e auxiliar o estágio inicial de empresas tecnológicas e solidárias; III. Organizar eventos, workshops e amostras para tornar público às ações desenvolvidas; IV. Criar ambientes para os alunos aplicarem seus conhecimentos na prática; V. Promover e popularizar o empreendedorismo dentro da universidade; VI. Socializar os benefícios que as ações e seus projetos trazem para a comunidade; VII. Oferecer assessoria empresarial nos diversos segmentos de uma empresa; e VIII. Treinamento em negócios.
- Parque Tecnológico Internacional (PTIn): Abrigar competências científicas e tecnológicas e laboratórios de inovação, voltados para o desenvolvimento e execução de projetos de pesquisa financiados por instituições públicas e privadas, com as seguintes ações: I. Trazer empresas para dentro da universidade; II. Acolher *startups* e projetos inovadores de empresas; III. Atrair laboratórios de P&D de empresas para colaborar com as pesquisas da universidade; IV. Potencializar a sinergia entre as diversas empresas na busca de novas oportunidades de mercado.
- Núcleo de Inovação e Empreendedorismo: Despertar a cultura de empreendedorismo, inspirando, capacitando e conectando pessoas em um ambiente inovador, com as seguintes atividades: I. Oferecer cursos, palestras e workshops com empresários trazendo cases de sucesso, promovendo a interação e *networking*; II. Realizar visitas técnicas em indústrias e grandes organizações; III. Trazer o aluno para vivenciar as empresas incubadas e visitar o parque tecnológico instalado em Ponta Porã; IV. Rede de apoio, conhecimento e troca de experiências com egressos; e V. Divulgação de oportunidades;



Através desse modelo, universidade poderá ter uma relação clara e objetiva com as empresas; os agentes provedores de empreendedorismo e inovação atuarão de forma conjunta nesse processo, havendo diálogo entre si, os docentes com uma visão mais empreendedora, discentes com oportunidades em ter experiências práticas, não apenas teórica e os empresários dentro da universidade.

Por meio desse diálogo e interação entre os *Habitats* será possível trazer a empresa para dentro universidade, identificar sua real necessidade e realocar para o agente específico que atenderá sua demanda, havendo um relacionamento de ganha-ganha e desenvolvimento social.

### Considerações Finais

Na pesquisa desenvolvida neste trabalho, evidenciando o estudo da cooperação U-E na UFGD, procurou-se demonstrar como esse processo tem ocorrido no meio acadêmico da universidade. O estudo apresentou um modelo do processo de cooperação U-E, representado pela Agência INOVA por meio dos agentes que promovem inovação e empreendedorismo na universidade.

Os resultados indicaram que existe uma cooperação U-E. No entanto, há necessidade de aprimoramento a fim de utilizar todos os recursos detectados para benefício da universidade e da população local, facilitando esse processo e abrindo portas para outros empreendedores se unirem a essa prática, gerando recursos e aumentando as inovações tecnológicas na região de Dourados.

O contato com as empresas não gerou muitas informações devido à pequena amostra e ao fato de nem todas terem aceitado responder o questionário ou ainda não terem finalizado o processo. As empresas que responderam aos questionários mencionaram que a parceria foi buscada pela empresa, o que demonstrou a falta de iniciativa por parte da universidade, tornando-se necessárias práticas de aproximação dos agentes de inovação.

Os principais empecilhos citados durante a pesquisa foram trâmites burocráticos, infraestrutura e distanciamento da universidade. As empresas entrevistadas não conheciam a estrutura da universidade, não tiveram acesso ou terceirizaram uma equipe para realizar. Foi possível observar que tanto na universidade quanto nas empresas não existe um facilitador, agentes ou organizações que intermedeiam o processo de cooperação, atuando no relacionamento entre as partes.



Para obtenção de resultados positivos, é fundamental a busca pela facilitação dos processos de cooperação U-E, através da diminuição da burocracia existente na universidade, para que essa condição não atrapalhe o desenvolvimento das pesquisas em parceria.

Os benefícios apontados foram relacionados à capacitação, às relações pessoais dos pesquisadores e acadêmicos com as empresas e o firmamento de acordos bem definidos. Os entrevistados da UFGD comentaram sobre a divulgação do nome da universidade a nível regional e nacional, a paixão por parte dos profissionais envolvidos e a oportunidade de maior conhecimento adquirido.

Para o aperfeiçoamento do processo de cooperação e o aumento das possibilidades de futuras integrações, cabe levantar algumas medidas e recomendações, como estimular discussões e reuniões para que haja aproximação da universidade com a empresa e troca de informações sobre as demandas de pesquisas. Incentivar a participação da UFGD em eventos e congressos, criar projetos que levem informação sobre as universidades até as empresas, a fim de aumentar a divulgação do potencial e da imagem da universidade. Ainda, é necessário que o empreendedor local confie na capacidade dos acadêmicos e pesquisadores da universidade. O estabelecimento do governo como facilitador para obtenção de recursos de apoio à pesquisa e criação de laboratórios de alta tecnologia, doação de bens e serviços das empresas privadas para a universidade e institucionalização de estabelecimentos comerciais nos arredores da universidade.

O crescimento da utilização da cooperação U-E permite a união de estudos e interesses de setor público e privado. Entretanto, é preciso aprimorar o processo para utilizar todos os recursos detectados em benefício da universidade e da população local, facilitando esse processo e abrindo portas para outros empreendedores se unirem a essa prática, gerando recursos e aumento de inovações tecnológicas na região de Dourados.

Destacam-se os habitats para a aproximação de agentes de inovação, cumprindo seu papel na transferência de conhecimento através de interação. Eles podem auxiliar e dar maior suporte aos empreendedores, transformando ideias em empreendimentos de sucesso. O que sugere a reflexão a respeito da cooperação U-E discutida e o modelo que interliga os habitats, conversam entre si e trazem a empresa para dentro da universidade, fomentando parcerias com a sociedade visando o desenvolvimento tecnológico e a inovação.



Como recomendação de estudos futuros, é recomendado levantar medidas e desenvolver a Política de Cooperação Universidade-Empresa na UFGD, analisando os impactos gerados a partir desse modelo para a universidade.

## Referências

BRASIL. **Lei nº 8.958 de 20 de dezembro de 1994.** Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8958.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8958.htm). Acesso em: 12 mar. 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.** Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm). Acesso em: 14 mar. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.** Lei do Bem. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11196.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11196.htm). Acesso em: 14 mar. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 9.283, de 07 de fevereiro de 2018.** Estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9283.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9283.htm). Acesso em: 14 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016.** Novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm). Acesso em: 14 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI). Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional. **Estratégia Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação 2016 – 2019.** Brasília, 2016. Disponível em:

[http://www.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/publicacao/ciencia/ENCTI/MCTIC\\_ENCTI\\_2016-2022\\_210x240mm\\_14.03.2017.pdf](http://www.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/publicacao/ciencia/ENCTI/MCTIC_ENCTI_2016-2022_210x240mm_14.03.2017.pdf). Acesso em: 05 mar. 2018.

BONACCORSI, A.; PICCALUGA, A. A theoretical framework for the evaluation of university-industry relationships. **R&D Management**, v. 24, n. 3, p. 229-247, 1994.

CARVALHO, H. G. **Inteligência competitiva tecnológica para PMEs através da cooperação escola-empresa:** proposta de um modelo. 2000. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

DE SOUSA BATISTA, P. C. et al. Relações Governo-Universidade-empresa para a Inovação Tecnológica. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 2, n. 1, p. 7-21, 2013.

**Comunicação & Inovação** | v. 24 | e20238972 | jan.-dec. | 2023 | ISSN 2178-0145. <https://doi.org/10.13037/ci.vol24.e20238972>



DOS SANTOS, M. E. R. **Transferência de tecnologia: estratégias para a estruturação e gestão de núcleos de inovação tecnológica.** Komedí, 2009.

ETZKOWITZ, H; ZHOU, C. Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 90, p. 23-48, 2017.

IPIRANGA, A. S. R.; DE FREITAS, A. A. F.; PAIVA, T. A. O empreendedorismo acadêmico no contexto da interação universidade-empresa-governo. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 8, n. 4, p. 676-693, 2010.

LIMA, M. V. A.; RASOTO, V. I.; ALBERTON, I. L. **Propriedade Intelectual como Instrumento de Inovação e Transferência de Tecnologia.** ENAPID-II Encontro Acadêmico De Propriedade Intelectual, Inovação E Desenvolvimento, 2009.

LOPES, M. D. **Rede De Interação Universidade-Empresa: uma análise das barreiras e do potencial nas relações acadêmicas numa universidade mineira.** 2015.

MOTA, T. L. N. G. **Interação universidade-empresa na sociedade do conhecimento: reflexões e realidade.** Ciência da Informação, v. 28, n. 2, 1999.

RAPINI, M. S. **Interação universidade-empresa no Brasil: evidências do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq.** Estudos Econômicos (São Paulo), v. 37, n. 1, p. 211-233, 2007.

RAUEN, C. V. **O Novo marco legal da inovação no Brasil: o que muda na relação ICT-empresa?** 2016.

SABIA, C. P. P. **O público e o privado na política de cooperação Universidade-empresa da Universidade Estadual Paulista-UNESP.** 2007.

SANTOS, F. K. **Impacto das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso do Sul.** 2017. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Dom Bosco, Mato Grosso do Sul, Campo Grande.

SBRAGIA, R. *et al.* **Inovação: como vencer esse desafio empresarial.** São Paulo: Clio Editora, 2006.

SILVA, L. C. S. **Processo de transferência de tecnologia entre universidade-indústria por intermédio dos núcleos de inovação tecnológica.** 2013. Dissertação de Mestrado, Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

SUTZ, J. The university–industry–government relations in Latin America. **Research Policy**, v. 29, n. 2, p. 279-290, 2000.

STAL, E.; FUJINO, A. As relações universidade-empresa no Brasil sob a ótica da lei de inovação. **RAI-Revista de Administração e Inovação**, v. 2, n. 1, 2005.

---

<sup>i</sup> Mestra em Administração Pública e Graduada em Administração pela UFGD



<sup>ii</sup> Pós-doutorado em Transferência de Tecnologia pelo Instituto Complutense de Estudios Internacionales (ICEI) de la Universidad Complutense de Madrid (UCM), Espanha. Doutor em Engenharia de Produção pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Mestrado (em andamento) em Desarrollo Emprendedor e Innovación pela Cátedra de Emprendedores (CEUSAL) de la Universidad de Salamanca (USAL), Espanha. Especialista em Gestão para Inovação e Sustentabilidade pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Especialização (em andamento) em Educação Digital pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), e Graduado em Administração. É Professor Adjunto na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia (FACE) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Docente do Mestrado em Administração Pública (PROFIAP/UFGD), atuando também como Professor Formador na Faculdade de Educação à Distância (EaD/UFGD), Líder do Laboratório de Pesquisa em Inovação e Transferência de Tecnologia (LABin)

